

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO****Informações gerais da avaliação:****Protocolo:** 201924602**Código MEC:** 1828813**Código da  
Avaliação:** 161325**Ato Regulatório:** Renovação de Reconhecimento de Curso**Categoria Módulo:** Curso**Status:** Finalizada**Instrumento:** 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)**Tipo de Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS

**Endereço da IES:**93332 - Campus Campo Grande - Rua Taquari, 831 Santo Antônio. Campo Grande - MS.  
CEP:79100-510**Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):**

SISTEMAS PARA INTERNET

**Informações da comissão:****Nº de Avaliadores :** 2**Data de Formação:** 02/02/2023 08:17:50**Período de Visita:** 22/05/2023 a 24/05/2023**Situação:** Visita Concluída**Avaliadores "ad-hoc":**

Fabiano Azevedo Dorça (04471779664)

Helcimara Affonso De Souza (15972157837) -&gt; coordenador(a) da comissão

**Curso:****DOCENTES**

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ADAIR DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR	Mestrado	Horista	CLT	
Aloir Marcos Dietz	Mestrado	Integral	Estatutário	
Anderson Martins Corrêa	Doutorado	Integral		

ANGELO CESAR DE LOURENCO	Doutorado	Integral	Estatutário
ARNALDO PINHEIRO MONTALVAO JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
AYLA LIZANDRA CAMPOS DE VASCONCELLOS	Mestrado	Integral	Estatutário
Beatriz Aparecida Alencar	Mestrado	Integral	Estatutário
CARLOS MAGNO LEONEL TERRAZAS	Especialização	Integral	Estatutário
CASSIMA ZATORRE ORTEGOSA	Mestrado	Integral	
Celeny Fernandes Alves	Mestrado	Integral	Estatutário
CLAUDIA SANTOS FERNANDES	Mestrado	Integral	
DAVID DENNER DIAS QUINELATO	Especialização	Integral	Estatutário
EDER SOUZA RODRIGUES	Mestrado	Integral	Estatutário
Edi Carlos Aparecido Marques	Mestrado	Integral	Estatutário
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
ELENICE RASCOPP MENDES	Mestrado	Integral	Estatutário
Fernanda Belarmino De Santana	Mestrado	Integral	Estatutário
FREDERICO FONSECA FERNANDES	Doutorado	Horista	CLT
GILBERTO ASTOLFI	Mestrado	Integral	Estatutário
IVONEIS MACEDO DUARTE	Especialização	Integral	Estatutário
Jeferson Velasques Rodrigues	Especialização	Integral	
JIYAN YARI	Doutorado	Integral	Estatutário
João Massuda Júnior	Doutorado	Integral	Estatutário
JOCIMARA PAIVA GRILLO	Mestrado	Integral	Estatutário
Jonathas Leontino Medina	Mestrado	Integral	Estatutário
LUIS HENRIQUE DE SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário
Luiz Fernando Delbone Lomba	Mestrado	Integral	
Marcio Osshiro	Mestrado	Integral	
Marco Antonio De Arruda Cortez	Mestrado	Integral	Estatutário
Marco Hiroshi Naka	Doutorado	Integral	Estatutário
Marcus Osorio da Silva	Mestrado	Integral	
Marilyn Aparecida Errobidarte de Matos	Mestrado	Integral	
RODRIGO ANDRADE CARDOSO	Mestrado	Integral	Estatutário
SUSIE MIDORI DOS SANTOS SATO	Mestrado	Integral	Estatutário
THALES FARIAS DUARTE	Mestrado	Integral	Estatutário
VANESSA RODRIGUES LOPES	Mestrado	Horista	CLT
Vanir Garcia	Doutorado	Integral	Estatutário
Victor Augusto Merli Oliveira Lima	Doutorado	Integral	Estatutário
Welinton Yoshio Hirai	Mestrado	Integral	Estatutário
WESLEY EIJI SANCHES KANASHIRO	Mestrado	Integral	Estatutário
WILIAN RICARDO CORREIA DIAS	Especialização	Integral	Estatutário

## CATEGORIAS AVALIADAS

### ANÁLISE PRELIMINAR

#### 1. Informar nome da mantenedora.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)

#### 2. Informar o nome da IES.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)

#### 3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

Com base no PDI, pag. 26, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, foi criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Compõem a Rede Federal 38 Institutos Federais – dentre os quais o IFMS –, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), até 2018 eram 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento.

O IFMS é a primeira instituição pública federal a oferecer educação profissional técnica e tecnológica em Mato Grosso do Sul. Com campi em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o Instituto Federal chega à primeira década de história com mais de nove mil estudantes matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino. O processo de implantação do IFMS teve início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina<sup>4</sup>.

No ano seguinte, com a criação da Rede Federal, foi prevista a instalação de campi nesses dois municípios. Em 2009, o MEC criou outras cinco unidades em Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Nos primeiros dois anos do processo de implantação, o IFMS recebeu a tutoria da UTFPR.

Com base no PPC o endereço de oferta do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande - é situado na Rua Taquari, 831 – Santo Antônio. CEP 79100-510.

#### 4. Descrever o perfil e a missão da IES.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, instituído pela Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com 38 Institutos Federais distribuídos pelo país, dentre esses, o IFMS, sendo uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMS chega à primeira década de história com mais de nove mil estudantes matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino. O processo de implantação do IFMS teve início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina e é a primeira instituição pública federal a oferecer educação profissional técnica e tecnológica no estado, com campi em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado.

A fim de institucionalizar a oferta de cursos na modalidade a distância, foi criado, em 2015, o Centro de Referência em Tecnologias Educativas e Educação a Distância (Cread). Em 2017, o MEC autorizou o IFMS a ofertar graduação e pós-graduação lato sensu a distância<sup>9</sup>. No mesmo ano, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) credenciou a instituição a abrir vagas no mestrado profissional, oferecido por instituições que compõem a Rede Federal e coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

A IES tem como missão, conforme PDI pag. 30, "promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional."

#### 5. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

Com base no PPC, pag. 11, O estado de Mato Grosso do Sul (MS), uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Centro-Oeste do território nacional, tendo como limites os estados de Goiás (nordeste), Minas Gerais (leste), Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além dos limites internacionais com a Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Com uma área de 357.145.534 km<sup>2</sup> e tem 79 municípios, conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,729 e uma população estimada para 2018 de 2.748.023 pessoas (IBGE, 2017). O PPC destaca as características locais e regionais como o turismo, a economia, a agricultura, mineração, polos industriais, setores em contínuo crescimento na região, o que tem demandado no estado, a produção de sistemas de informações para a Internet, de forma a conectá-los com o restante do país e também com o mundo e consequentemente profissionais capacitados nesta área, o que justificou a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, no Campus do IFMS no município de Campo Grande. Dentro deste contexto, o egresso do curso poderá utilizar os conhecimentos nele adquiridos em prol de suprir tal demanda

#### 6. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e

as áreas de pesquisa, se for o caso.

Com base no PDI, a história dos Institutos Federais inicia-se no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 2008 o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Compõem a Rede Federal 38 Institutos Federais – dentre os quais o IFMS –, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), até 2018 eram 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. O IFMS é a primeira instituição pública federal a oferecer educação profissional técnica e tecnológica em Mato Grosso do Sul. Com campi em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o Instituto Federal chega à primeira década de história com mais de nove mil estudantes matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Em 2015, é criado o Centro de Referência em Tecnologias Educativas e Educação a Distância (Cread) para oferta de cursos na modalidade online.

Em 2017, o MEC autorizou o IFMS a ofertar graduação e pós-graduação lato sensu a distância<sup>9</sup>. No mesmo ano, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) credenciou a instituição a abrir vagas no mestrado profissional, oferecido por instituições que compõem a Rede Federal e coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). As atividades começaram no segundo semestre de 2018, em Campo Grande, marcando o início do primeiro curso de pós-graduação stricto sensu presencial da história do IFMS.

7. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Curso CST em SISTEMAS PARA INTERNET

Tipologia: Curso Superior de Tecnologia

Regido pelo Catálogo Nacional dos cursos superiores de tecnologia.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Tecnológica.

8. Indicar a modalidade de oferta.

Modalidade: Presencial

9. Informar o endereço de funcionamento do curso.

Endereço de oferta: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande -

Rua Taquari, 831 – Santo Antônio. CEP 79100-510

10. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

Com base no PPC item 1.1, pag. 11, A implantação e ampliação gradativa dos cursos superiores de tecnologia são instrumentos para adequar o Ensino Superior ao contexto da realidade socioeconômica do país. Não se trata apenas de implantar cursos novos, mas de criar uma nova sistemática de ação, fundamentada nas necessidades da comunidade. A proposta de implantação e oferta do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet vem ao encontro dos objetivos do IFMS. São utilizados dois princípios dos cursos superiores de tecnologia: o primeiro impõe a necessidade de serem criados cursos flexíveis permanentemente atualizados e contemporâneos da tecnologia produtiva; outro, de somente serem ofertados para a formação de profissionais necessários em nichos de mercado claramente definidos e cuja demanda lhes garanta espaço e, conseqüentemente, remuneração. Com a aprovação da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), em 20 de dezembro de 1996, pelo Congresso Nacional e com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamentou os artigos da LDB referentes à educação profissional, consolidaram-se os mecanismos para a reestruturação dos cursos superiores de tecnologia, permitindo a utilização de todo o potencial que lhes é característico sem as amarras que a velha legislação lhes impunha.

Ancorada pela Resolução CNE/CP no 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica (fundamentada pelo Parecer CNE/CP no 17/2020), a atual proposta é a caracterização efetiva de um novo modelo de organização curricular de Nível Superior, que privilegia as exigências de um mercado de trabalho competitivo, no sentido de oferecer à sociedade uma formação profissional de Nível Superior com duração compatível com a área tecnológica e, principalmente, relacionada com a atualidade dos requisitos profissionais.

Devido às mudanças no cenário econômico mundial que vêm ocorrendo nos últimos anos e ao fenômeno da globalização, verifica-se o surgimento de novos atributos necessários aos profissionais da era do conhecimento. O mercado mundial tornou-se mais competitivo e exigente, tanto em produtos como em serviços, o que impõe uma nova postura profissional. O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet dá ênfase a uma área em plena ascensão atualmente: sistemas que são funcionais utilizando a internet.

11. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

Curso CST em SISTEMAS PARA INTERNET

Tipologia: Curso Superior de Tecnologia

Regido pelo Catálogo Nacional dos cursos superiores de tecnologia.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Tecnológica.

12. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se aplica

13. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

Conforme Despacho saneador, o processo atende parcialmente às exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22/12/2017, considerando as seguintes ressalvas, para as quais a IES e os envolvidos com as fases seguintes do fluxo processual devem atentar:

A Comissão Avaliadora deverá verificar o(s) seguinte(s) item(ns) do PPC:

6 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: Estão parcialmente descritos os procedimentos e as formas de avaliação do processo ensino-aprendizagem (avaliações presenciais, pesos das avaliações, periodicidade das atividades avaliativas e desempenho mínimo necessário para aprovação).

8 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): Está parcialmente descrita a regulamentação para o trabalho de conclusão de curso.

9 - ESTÁGIO CURRICULAR: Está parcialmente descrita a regulamentação do estágio curricular. Uma vez que a IES faculta a possibilidade de estágio não obrigatório, é necessário apresentar a regulamentação.

Recomenda-se na avaliação in loco verificar a divergência apresentada quanto à carga horária total do curso (no processo 2415h e no cadastro 2400h), a IES deve providenciar a correção junto ao e-MEC, se for o caso.

Ainda segundo o referido despacho, a IES deverá anexar no cadastro documento atualizado que comprove a disponibilidade do imóvel, em nome da mantenedora ou de seu representante legal, de acordo com o endereço de oferta do curso.

O curso passou por mudança de endereço por meio da Resolução nº 782 de 15/05/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 15/05/2018.

Atendendo ao preconizado na Nota Técnica nº NT 52/2018/CGARCES/DIREG/SERES, o curso enquadra-se no item III.6 - Cursos já reconhecidos que tenham ficado Sem Conceito (S/C) e Cursos pertencentes ao grupo AZUL não participantes do ENADE no ano de referência 2017 e que não possuam processo de renovação de reconhecimento em trâmite no sistema e-MEC.

14. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

Não se aplica

15. Informar o turno de funcionamento do curso.

Turno de funcionamento: Turmas no período noturno ou matutino

16. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

Carga horária total: 2.330 horas

17. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Integralização mínima do curso: 6 semestres

Integralização máxima do curso: 12 semestres

18. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Nome: Jonathas Leontino Medina

Titulação: Mestre

Tempo de Magistério Superior: 9 anos

Tempo de coordenação de cursos superiores: 01 mês

Tempo de atuação profissional (exceto magistério): -- anos

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

19. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

DOCENTES: 31:

Especialistas: 2

Mestres: 17

Doutores: 12

CALCULO: (5XD) + (2XM) + (1XE) = / 31

5 X 12 = 60 + 2 X 17 = 34 + 1 X 2 = 2 Total = 3,096

Alexandre Soares da Silva - Doutor

Aloir Marcos Dietz - Mestre

Anderson Martins Corrêa - Doutor

Beatriz Aparecida Alencar - Doutora DE

Carlos Magno Leonel Terrazas - Mestre DE

Cássima Zatorre Ortegosa - Mestre DE

Celeny Fernandes Alves - Mestre DE

Claudia Santos Fernandes - Mestre DE  
Eder de Souza Rodrigues - Mestre DE  
Edilene Maria de Oliveira - Doutora DE  
Fernanda Belarmino De Santana - Mestre DE  
Gilberto Astolfi - Doutor DE  
Jeferson Velasques Rodrigues - Especialista DE  
Jiyan Yari - Doutor DE  
João Massuda Junior - Doutor DE  
Jocimara Paiva Grillo - Mestre DE  
Jonathas Leontino Medina - Mestre DE  
Lia Nara Balta Quinta - Mestre DE  
Luiz Fernando Delboni Lomba - Mestre DE  
Marcelo de Oliveira - Mestre DE  
Marcio Osshiro - Mestre DE  
Márcio Artacho Peres - Doutor DE  
Marco Antonio de Arruda Cortez - Mestre DE  
Marco Naka - Doutor DE  
Marilyn Aparecida Errobidarte de Matos - Doutor DE  
Rodrigo Andrade Cardoso - Mestre DE  
Thales Farias Duarte - Mestre DE  
Vanir Garcia - Doutor DE  
Victor Augusto Merli Oliveira Lima - Doutor DE  
Wesley Eiji Sanches Kanashiro - Mestre DE  
Wiliam Ricardo Correia Dias - Especialista DE

20. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

DOCENTES: 31, sendo:

Especialistas: 2

Mestres: 17

Doutores: 12

Alexandre Soares da Silva Doutor  
Aloir Marcos Dietz Mestre  
Anderson Martins Corrêa Doutor  
Beatriz Aparecida Alencar Doutora DE  
Carlos Magno Leonel Terrazas Mestre DE  
Cássima Zatorre Ortegosa Mestre DE  
Celeny Fernandes Alves Mestre DE  
Claudia Santos Fernandes Mestre DE  
Eder de Souza Rodrigues Mestre DE  
Edilene Maria de Oliveira Doutora DE  
Fernanda Belarmino De Santana Mestre DE  
Gilberto Astolfi Doutor DE  
Jeferson Velasques Rodrigues Especialista DE  
Jiyan Yari Doutor DE  
João Massuda Junior Doutor DE  
Jocimara Paiva Grillo Mestre DE  
Jonathas Leontino Medina Mestre DE  
Lia Nara Balta Quinta Mestre DE  
Luiz Fernando Delboni Lomba Mestre DE  
Marcelo de Oliveira Mestre DE  
Marcio Osshiro Mestre DE  
Márcio Artacho Peres Doutor DE  
Marco Antonio de Arruda Cortez Mestre DE  
Marco Naka Doutor DE  
Marilyn Aparecida Errobidarte de Matos Doutor DE  
Rodrigo Andrade Cardoso Mestre DE  
Thales Farias Duarte Mestre DE  
Vanir Garcia Doutor DE  
Victor Augusto Merli Oliveira Lima Doutor DE  
Wesley Eiji Sanches Kanashiro Mestre DE  
Wiliam Ricardo Correia Dias Especialista DE

21. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Conforme matriz curricular, item 5.3 do PPC, pag. 31, o curso contempla 01 disciplina de Inglês Instrumental com 80h de carga horária.

22. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

Conforme matriz, o curso contempla disciplina de Libras como disciplina optativa, com 40h de carga horária.

23. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

O IFMS mantém parcerias com empresas locais para a oferta de Estágio Curricular Supervisionado, disciplina obrigatória da matriz curricular com carga horária de 240 horas.

24. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica

25. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

Conforme PPC item 4, pag. 24, o perfil profissional do Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet é um profissional atualizado tecnologicamente no que se refere a Tecnologia da Informação e Comunicação, capaz de analisar cenários para fins de diagnósticos e/ou elaboração de soluções na área. Considerando os aportes de conhecimentos recebidos durante o curso, o egresso terá condições de planejar, implementar, administrar, gerenciar, promover e aprimorar com técnica e tecnologia o desenvolvimento de sistemas, comércio eletrônico, gerenciamento de projetos e banco de dados, assumindo ação empreendedora em pesquisa e inovação com consciência de seu papel social. Vale destacar, também, que este profissional considerando sua formação será capaz de lidar com tecnologias emergentes, administrar a segurança e dar manutenção a estes sistemas, atendendo a demanda do contexto social regional com qualidade e integridade e poderá criar seu próprio negócio.

26. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

Autorização por dispensa, IES com autonomia, Resolução COSUP/IFMS 002/2010.

27. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

Autorização por dispensa, IES com autonomia, Resolução COSUP/IFMS 002/2010.

28. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

ATO REGULATÓRIO

Ato Regulatório Mudança de Endereço do Curso

Tipo de documento PORTARIA

Nº do documento 782

Data do documento 15/05/2018

Data de publicação 15/05/2018

Prazo de validade Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório Reconhecimento de Curso

Tipo de documento PORTARIA

Nº do documento 617 de 30/10/2014

Data do documento 30/10/2014

Data de publicação 31/10/2014

Prazo de validade Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório Autorização

Tipo de documento RESOLUÇÃO

Nº do documento 002/2010

Data do documento 01/10/2010

Data de publicação 01/10/2010

Prazo de validade Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 Decreto 6.303/07)

29. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

Número de vagas anuais: 80 vagas

2014

Ingressantes 72

Matriculados 257

Vagas Ociosas 8

2015

Ingressantes 87

Matriculados 285

Vagas Ociosas 0

2016

Ingressantes 106  
Matriculados 290  
Vagas Ociosas 0

2017

Ingressantes 95  
Matriculados 311  
Vagas Ociosas 0

2018

Ingressantes 76  
Matriculados 241  
Vagas Ociosas 4

2019

Ingressantes 101  
Matriculados 266  
Vagas Ociosas 0

2020

Ingressantes 43  
Matriculados 222  
Vagas Ociosas 0

2021

Ingressantes 88  
Matriculados 288  
Vagas Ociosas 0

2022

Ingressantes 76  
Matriculados 311  
Vagas Ociosas 4

2023

Ingressantes 80  
Matriculados 199  
Vagas Ociosas 0

30. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO, pelo sistema público e-mec

ANO 2014

ENADE --

CPC --

CC 3

IDD --

31. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

Não se aplica

32. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

Conforme Despacho saneador, o processo atende "parcialmente" às exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22/12/2017, considerando as seguintes ressalvas, para as quais a IES e os envolvidos com as fases seguintes do fluxo processual devem atentar:

A Comissão Avaliadora deverá verificar o(s) seguinte(s) item(ns) do PPC:

6 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: Estão parcialmente descritos os procedimentos e as formas de avaliação do processo ensino-aprendizagem (avaliações presenciais, pesos das avaliações, periodicidade das atividades avaliativas e desempenho mínimo necessário para aprovação).

8 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): Está parcialmente descrita a regulamentação para o trabalho de conclusão de curso.

9 - ESTÁGIO CURRICULAR: Está parcialmente descrita a regulamentação do estágio curricular. Uma vez que a IES faculta a possibilidade de estágio não obrigatório, é necessário apresentar a regulamentação.

Recomenda-se na avaliação in loco verificar a divergência apresentada quanto à carga horária total do curso (no processo

2415h e no cadastro 2400h), a IES deve providenciar a correção junto ao e-MEC, se for o caso.

Ainda segundo o referido despacho, a IES deverá anexar no cadastro documento atualizado que comprove a disponibilidade do imóvel, em nome da mantenedora ou de seu representante legal, de acordo com o endereço de oferta do curso.

O curso passou por mudança de endereço por meio da Resolução nº 782 de 15/05/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 15/05/2018.

Atendendo ao preconizado na Nota Técnica nº NT 52/2018/CGARCES/DIREG/SERES, o curso enquadra-se no item III.6 - Cursos já reconhecidos que tenham ficado Sem Conceito (S/C) e Cursos pertencentes ao grupo AZUL não participantes do ENADE no ano de referência 2017 e que não possuam processo de renovação de reconhecimento em trâmite no sistema e-MEC.

33. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

Cálculo do tempo médio do corpo docente no curso:

Total em meses de todos os docentes: 2.293 meses / 12 = 191 anos / 31 docentes = 6,16 anos por docentes.

34. Informar o quantitativo anual do corpo docente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

2014

TCC 1

Matriculados em estágio 6

Participantes de projetos de pesquisa 4

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 4

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 72

Matriculados 257

Vagas Ociosas 8

Concluintes 2

Estrangeiros 0

2015

TCC 4

Matriculados em estágio 12

Participantes de projetos de pesquisa 2

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 1

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 87

Matriculados 285

Vagas Ociosas 0

Concluintes 0

Estrangeiros 0

2016

TCC 1

Matriculados em estágio 25

Participantes de projetos de pesquisa 3

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 1

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 106

Matriculados 290

Vagas Ociosas 0

Concluintes 4

Estrangeiros 0

2017

TCC 17

Matriculados em estágio 20

Participantes de projetos de pesquisa 5

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 3

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 95

Matriculados 311

Vagas Ociosas 0

Concluintes 24

Estrangeiros 0

2018

TCC 13

Matriculados em estágio 23

Participantes de projetos de pesquisa 1

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 4

Participantes de projetos de extensão 2

Ingressantes 76

Matriculados 241

Vagas Ociosas 4

Concluintes 16

Estrangeiros 0

2019

TCC 27

Matriculados em estágio 14

Participantes de projetos de pesquisa 5

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 0

Participantes de projetos de extensão 1

Ingressantes 101

Matriculados 266

Vagas Ociosas 0

Concluintes 19

Estrangeiros 0

2020

TCC 7

Matriculados em estágio 13

Participantes de projetos de pesquisa 1

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 4

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 43

Matriculados 222

Vagas Ociosas 0

Concluintes 10

Estrangeiros 0

2021

TCC 17

Matriculados em estágio 12

Participantes de projetos de pesquisa 0

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 1

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 88

Matriculados 288

Vagas Ociosas 0

Concluintes 11

Estrangeiros 0

2022

TCC 9

Matriculados em estágio 33

Participantes de projetos de pesquisa 2

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 0

Participantes de projetos de extensão 1

Ingressantes 76

Matriculados 311

Vagas Ociosas 4

Concluintes 9

Estrangeiros 0

2023

TCC 1

Matriculados em estágio 8

Participantes de projetos de pesquisa 0

Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano). 2

Participantes de projetos de extensão 0

Ingressantes 80

Matriculados 199  
Vagas Ociosas 0  
Concluintes 9  
Estrangeiros 0

35. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

Não se aplica

## Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4,92

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

5

**Justificativa para conceito 5:** Com base no PDI item 5 pag. 46, os princípios da tríade ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, sendo um critério articulador da proposta apresentada pelo plano da instituição, perpassando toda a oferta de educação profissional oportunizada à comunidade sul-mato-grossense. A articulação entre a tríade retroalimenta o próprio sistema, sendo, o ensino consistente, ancorado em bases científicas, possibilita a realização de pesquisas que, por meio da produção de saberes, podem redirecioná-lo. Essa produção, por sua vez, retroalimenta o ensino, viabiliza a incorporação de novos conhecimentos e a releitura dos já disponíveis. Da mesma forma, a extensão, ao socializar o conhecimento, proporciona o feedback para as atividades de ensino e de pesquisa. O PDI apresenta um quadro na pag 47 com as diretrizes e regulamentações que regem os programas voltados para a operacionalização dos projetos institucionais, dentre eles, o Programa Institucional de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão e inovação (Piepi) com a resolução 11 de 16/04/2018. A política institucional de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFMS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais. A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica; a Inovação; o Empreendedorismo e a difusão da produção científica. As atividades de extensão são práticas acadêmicas, científicas, artísticas e culturais articuladas com a comunidade externa, desenvolvidas por meio de programas, projetos, curso, eventos ou prestação de serviços tecnológicos. As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação e manutenção de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes em eventos externos, realização de eventos científicos e divulgação científica. A instituição promove, para este fim, o Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (Semict), que ocorre anualmente e possibilita que estudantes apresentem os resultados das pesquisas realizadas. Como práticas exitosas, o IFMS apresentou o projeto TecnoIF, uma Incubadora Mista e Social de Empresas, que possui unidades descentralizadas nos campi, que oferece estrutura física e equipe técnica para a instalação de novos empreendimentos, sejam tradicionais, tecnológicos ou de impacto social. Os estudantes do curso Tecnologia em Sistemas para Internet contam com Espaços de Inovação do IFMS, denominados IF Makers. Estes são uma das portas de entrada para incubação de empresas. Para isso, além da disponibilização de equipamentos, são realizadas orientações técnicas para o desenvolvimento de projetos, observando-se as demandas dos setores produtivos, sociais e culturais e o incentivo de geração de novos negócios e/ou produtos. Outra contribuição desses espaços refere-se ao aperfeiçoamento dos currículos dos cursos ofertados a fim de que as demandas tecnológicas dos setores produtivos sejam incorporadas às práticas educacionais. Além disso, o curso Sistemas para Internet conta com o Laboratório de Desenvolvimento (LADES), onde atendem-se demandas tecnológicas de instituições externas, além de demandas internas. Outras atividades de extensão aplicadas ao curso são: estágio e emprego (visam à inserção dos estudantes do IFMS no mundo do trabalho) e articulação interinstitucional (por meio de acordos de cooperação).

1.2. Objetivos do curso.

5

**Justificativa para conceito 5:** Com base no PPC item 2.1 pag. 20 O objetivo geral do curso é a formação de profissionais com conhecimentos teóricos e práticos suficientes para inserção no mercado de trabalho, com competências em desenvolvimento de sistemas e páginas para internet, comércio eletrônico, gerenciamento de projetos e banco de dados. O profissional também deve ser capaz de lidar com tecnologias emergentes, administrar a segurança e dar manutenção a estes sistemas, atendendo a demanda do contexto social regional com qualidade e integridade. Por meio da documentação disponibilizada e das reuniões realizadas com os sujeitos do processo de ensino, seja com o coordenador do curso, Prof. Jonathas, com os membros do NDE e corpo docente e reunião com os discentes, os objetivos do curso superior de tecnologia em Sistemas para Internet, estão implementados nos processos e projetos do curso, considerando perfil profissional do egresso, considerando sua estrutura curricular, componentes curriculares, o contexto educacional ao qual o curso está inserido, considerando também suas características locais e regionais. Por meio das reuniões e análise documental foi possível identificar e conhecer os projetos que fazem parte do processo de ensino, as parcerias firmadas com instituições locais que subsidiam as práticas emergentes que o curso objetiva, de formar profissionais capacitados para o enfrentamento dos desafios que o setor tecnológico exige para uma completa e efetiva execução de projetos que atendam às expectativas do mercado, o que confere ao curso a existência de práticas emergentes no campo do conhecimento das tecnologias computacionais, relacionadas ao curso.

1.3. Perfil profissional do egresso.

5

**Justificativa para conceito 5:** O perfil profissional do aluno egresso do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do IFMS é apresentado no item 4 pag. 24 do PPC, que detalha a caracterização do profissional de sistemas para internet, trazendo as competências e as ações voltadas para a sua plena formação. Tais competências estão em consonância com o que exige o catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia. Nas reuniões com docentes e discentes bem como na documentação disponibilizada foi possível evidenciar a convergência entre o que é

apresentado no PPC com as ações realizadas no curso. Tais reuniões restaram claras a articulação das ações do curso com as necessidades locais e regionais. Há evidências de pesquisa de mercado que objetivam a busca por metodologias e práticas pedagógicas com vistas a formação do aluno para atender à tais demandas. Segundo PPC, a proposta do curso é formar um tecnólogo em Sistemas para a Internet capaz de atuar nos processos técnicos de sistemas para a internet, com base numa visão técnica, humana, criativa, crítico-reflexiva, ética, sustentável e analítica do mundo dos negócios e da empresa pública, por meio de um arcabouço teórico-prático amplo e atualizado na área de Sistemas para a Internet.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

5

**Justificativa para conceito 5:** O PPC apresenta em seu item 5, pag. 25, a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para a Internet, elaborada conforme o disposto na legislação vigente, sendo importante definir as características em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMS e demais regulamentações específicas. Além disso, segundo o coordenador do curso Prof. Jonathas, o Projeto Pedagógico do Curso, está constantemente sendo discutido entre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso e discentes para melhorar e adaptar o curso às necessidades da comunidade e do mercado de trabalho, além de conteúdos voltados para temáticas, obrigatórias, em todos os níveis e modalidades da educação brasileira, por força da legislação em vigor, tais como: relações étnico-raciais, Direitos Humanos, meio ambiente, acessibilidade, educação ambiental, entre outros. Destaca-se ainda a inclusão de Componentes Curriculares Optativos, que flexibilizam a estrutura curricular do curso: Libras, disciplina Ciência, Tecnologia e Sociedade, Inteligência Artificial e Tecnologias para Educação Especial e Inclusiva, todas com carga horária de 40h. Essa estrutura é consequência direta do modelo de curso adotado, assim é possível observar todas características presentes na proposta apresentada no estudo de viabilidade do curso. Inicialmente, é possível ressaltar que o núcleo de tecnologia da informação do curso é composto por um conjunto de componentes curriculares relacionado ao desenvolvimento de software para internet e também da área de redes de computadores. Com este núcleo é realizada a formação técnica tradicional na área TI, garantido que o estudante tenha acesso ao conjunto de conhecimentos essenciais para a sua atuação no mercado de TI. Como práticas exitosas, o curso contempla com projetos paralelos à estrutura curricular, como ferramenta de operacionalização das unidades curriculares, proporcionando espaços pedagógicos que articule teoria - prática como são os projetos IFMAKER, TecnoIF e o LADES, apresentados à comissão por meio de projetos e documentos e também nos ambientes físicos quando da visita às instalações físicas da instituição.

1.5. Conteúdos curriculares.

5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme item 5.3 pag. 31 do PPC, os conteúdos curriculares estão distribuídos nos componentes curriculares obrigatórios e um rol de componentes curriculares optativos organizados de acordo com a evolução da aprendizagem, conforme a progressão do discente no curso, possibilitando sua plena formação. Por meio dos planos de ensino foi possível conhecer os objetivos de cada unidade curricular, sua bibliografia e interdisciplinaridade e a relação teoria-prática dos componentes da matriz e a adequação das bibliografias, devidamente documentadas, as quais foi possível conhecer as inserções dos conteúdos e temáticas referentes às políticas de educação ambiental, Direitos Humanos e de Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. consta a matriz curricular do curso de TSI do IFMS que contempla as disciplinas: Fundamentos Matemáticos – C.H. 80; Comunicação Linguística – C.H. 60; Organização e arquitetura de computadores – C.H. 100; Construção de Algoritmos I – C.H. 100; Construção de Páginas Web I – C.H. 80; Metodologia da Pesquisa científica – C.H. 40; Segundo período: Construção de Páginas Web II – C.H. 80; Construção de Algoritmos II – C.H. 100; Banco de Dados I – C.H. 100; Sistemas Operacionais – C.H. 60; Inglês Instrumental – C.H. 80; Estatística – C.H. 60; Construção de Páginas Web III – C.H. 80; Linguagem de Programação I – C.H. 80; Banco de Dados II - C.H. 80; Redes de computadores – C.H. 10; Estruturas de Dados - C.H. 80; Engenharia de Software I – C.H. 60; Construção de Páginas Web IV – C.H. 80; Linguagem de Programação II – C.H. 80; Programação para Dispositivos Móveis I - C.H. 60; Serviços de Redes - C.H. 60; Engenharia de Software II – C.H. 60; Extensão I – C.H. 100; Interação humano-computador – C.H. 45; Linguagem de Programação III – C.H. 80; Webservices e XML – C.H. 40; Programação para Dispositivos Móveis II – C.H. 60; Organização de empresas – C.H. 60; Extensão II – C.H. 120; Sistemas Distribuídos – C.H. 80; Segurança e Auditoria de Sistemas – C.H. 80; Extensão III – C.H. 100; Tópicos Especiais em Tecnologia da Informação - C.H. 60; Optativa - C.H. 30; Empreendedorismo – C.H. 40. Optativas: Libras – 40h; Ciência, Tecnologia e Sociedade – 40h; Inteligência Artificial – 40h; Tecnologias para Educação Especial e Inclusiva – 40h Atividades Complementares 1º ao 6º Período 80h; Estágio Supervisionado A partir do 3º Período 240h; Curricularização da Extensão A partir do 4º Período 240h. Diante disso, pode-se dizer que os conteúdos curriculares, constantes no PPC do curso de TSI, de forma efetiva, promovem o perfil do corpo de discentes, considerando a acessibilidade metodológica, as atualizações da área, a adequação da carga horária, a bibliografia, a atenção aos conteúdos pertinentes à educação ambiental, de educação em direitos humanos e das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conteúdos que trazem diferencial ao curso dentro da sua área profissional, proporcionando aos alunos o contato permanente com o conteúdo inovador.

1.6. Metodologia.

5

**Justificativa para conceito 5:** A metodologia de ensino adotada pelo curso vem sendo detalhada durante todo o documento do PPC em várias apresentações das ferramentas e práticas que o curso promove, trazendo aspectos relevantes para o efetivo processo de ensino-aprendizagem. Com base no PPC e evidenciadas nas reuniões com os

docentes, a metodologia adotada no curso de TSI integra os conteúdos teóricos e práticos, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos e propondo estratégias interdisciplinares onde os saberes são utilizados na resolução de problemas. O planejamento didático é realizado pelo NDE em conjunto com o corpo docente, que planejam suas práticas pedagógicas fazendo com que os conhecimentos conceituais, procedimentais, atitudinais e factuais sejam evidenciados. Por meio de atas e reuniões como corpo docente foi possível constatar ações pedagógicas condizentes com as premissas metodológicas descritas no PPC, contribuindo para a autonomia do discente e coadunando com ações pedagógicas relacionando teoria e prática. A discussão e reflexão das equipes responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem estão presentes na concepção das estratégias que resultaram na metodologia de ensino adotada, levando em consideração a autonomia dos alunos, as inteligências múltiplas, o uso de recursos tecnológicos nos processos de ensino, promovendo a flexibilidade do currículo para atender às necessidades dos alunos, levando-os a um papel de provedor do seu aprendizado e o docente como um facilitador do processo, mostrando serem ações inovadoras e uma aprendizagem diferenciada aos discentes.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. 5  
NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

**Justificativa para conceito 5:** Com base no PPC item 5.6 pag. 56, o estágio curricular supervisionado tem como objetivo permitir que o estudante experimente situações de efetivo exercício profissional, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho. O estágio curricular supervisionado deve consolidar os conhecimentos desenvolvidos durante o curso por meio de atividades formativas de natureza prática. O estágio supervisionado é obrigatório, com carga horária de 240 horas e pode ser realizado em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, que apresentem condições de proporcionar experiência prática de acordo com o PPC. O estudante deverá apresentar um relatório parcial de estágio quando cumprida a metade do período de estágio previsto e, ao final, apresentar um relatório final do estágio realizado. As normas e regulamentos que versam sobre o estágio curricular supervisionado estão descritas no Regulamento de Estágio dos Cursos do IFMS. A carga horária mínima para a integralização do estágio curricular supervisionado atualmente é de 240 horas. As normas e regulamentos que versam sobre o estágio curricular supervisionado estão descritas no documento "Regulamento de Estágio dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cursos Técnicos Subsequentes na modalidade à distância e dos cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelado", disponível no site da instituição. O IFMS oportuniza aos seus alunos de estágio, professor orientador durante todo o processo e parcerias com instituições que articula a operacionalização do processo de estágio dos alunos.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** NSA

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** NSA

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 4

**Justificativa para conceito 4:** Com base no PPC item 5.8 pag. 58, as horas destinadas às atividades complementares (ou atividades acadêmico-científico culturais) compõem a carga horária total do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, obedecendo a todos os critérios descritos no parecer CNE/CES nº 239/2008, no que se refere à carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. O estudante deverá cumprir, no mínimo, 80 horas em outras formas de atividades acadêmicas, científicas, culturais ou sociais, previstas no Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFMS ou reconhecidas pelo Colegiado do Curso. De acordo com este regulamento (IFMS, 2019), as atividades são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do acadêmico, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante por meio do estímulo à prática de estudos e vivências independentes, transversais, interdisciplinares e de contextualização/atualização social e profissional, que devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, sendo obrigatória sua integralização para a graduação do estudante conforme o regramento do IFMS. As atividades complementares que se destacam no projeto por atender ao que preconiza a legislação são: Atividades de aperfeiçoamento profissional; Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; Atividades de ensino, pesquisa, extensão e iniciação científica. Atividades de formação/aprimoramento social, humana, cultural e esportiva; todas tipificadas e com seus respectivos regulamentos, conferindo nessas demandas, o caráter da formação geral e específica dos alunos do curso. Pelos documentos disponibilizados e pelas reuniões realizadas não foi possível evidenciar ações verdadeiramente exitosas no que tange às atividades complementares existentes no escopo do curso.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** NSA

1.12. Apoio ao discente. 5

**Justificativa para conceito 5:** Segundo documentação analisada, entrevista com alunos e visita às instalações físicas nos espaços reservados para o atendimento ao aluno, o apoio ao discente é realizado por uma equipe

multiprofissional composta por uma psicóloga, uma pedagoga e uma assistente social, que contempla ações de acolhimento e permanência. O IF possui Núcleos de Apoio à pessoas com necessidades especiais, programa de bolsa permanência, que consiste em apoio financeiro mensal, mediante comprovação de renda, segundo procedimento previsto em edital público; Passe gratuito para transporte coletivo, oferecido pelo município, para aqueles que necessitam do transporte público; Auxílio-viagem, que cobre despesas decorrentes de alimentação, hospedagem. Além das disciplinas que auxiliam no nivelamento de conhecimentos essenciais dos discentes, como por exemplo Comunicação Linguística e Fundamentos Matemáticos, os professores do campus contam com horários reservados para atendimento aos estudantes. Nas disciplinas em que existe procura dos discentes, há horários reservados pelos professores especificamente para esclarecimento de dúvidas ou auxiliar no aprendizado. Estes horários podem ser implementados tanto pelo professor da disciplina como por outro professor da mesma área. A quantidade de horários de atendimento reservados para cada professor é definida pela gestão em conjunto com a coordenação de curso, levando em conta a carga horária de cada docente e a intensidade da procura. A avaliação da oferta e eficácia dos atendimentos no horário de permanência é feita junto à avaliação do Docente pelo Discente. As ações dos pedagogos nos campi estão relacionadas à organizar, juntamente com a Direção de Ensino - DIREN e Coordenações, a Semana Pedagógica, prevendo reuniões formativas, abertura do semestre letivo, promoção e divulgação de atividades pedagógicas que tenham apresentado bons resultados, organização e análise dos resultados da avaliação do docente pelo discente, repassando-os aos docentes e discentes, orientando a implementação de ações de melhoria dos processos. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais/ Específicas (NAPNE) do Instituto Federal é um programa que tem por finalidade possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS. O NAPNE visa à implantação de ações de educação inclusiva, auxiliando na aprendizagem do estudante. Para isso, realiza o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos quando necessário. Como prática exitosa do IFMS foi evidenciado o Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional - NUGED, núcleo subordinado à Direção Geral DIRGE dos campi, responsável pela assessoria especializada, caracterizado como uma equipe multidisciplinar que tem como o objetivo principal implementar ações que promovam o desenvolvimento escolar e institucional com eficiência, eficácia e efetividade. Atende às demandas institucionais auxiliando os estudantes e servidores a identificar as dificuldades inerentes aos processos da instituição, assim como os aspectos biopsicossociais e desenvolvimento dos sujeitos do processo educativo.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

**Justificativa para conceito 5:**A gestão do curso de TSI - Tecnólogo em Sistemas para Internet do IFMS conta com ações tanto internas do curso e pela CPA, quanto as avaliações externas sejam via avaliação INEP seja via ENADE. A gestão interna respectiva ao curso é capitaneada pelo coordenador, Prof. Jonathas, responsável pelo acompanhamento e monitoramento das demandas do curso junto ao corpo docente e discentes, auxiliado pelo NDE e colegiado do curso. Sobre a gestão interna do curso, foi possível evidenciar por meio das reuniões com corpo docente e discentes a existência de um monitoramento constante por parte do coordenador, o que lhe confere um conhecimento apurado e pleno das ações do cotidiano do curso. A CPA garante periodicidade dos processos avaliativos com alunos, docentes e equipe técnico-administrativo, subsidiando as ações de melhoria no processo educativo institucional vistas como instrumentais e fontes de informações utilizadas na busca pela melhoria dos processos pedagógicos adotados bem como fontes de informação para a melhoria da infra-estrutura física e tecnológica institucionais conforme preconiza a legislação. Na reunião com discentes foi possível evidenciar o esforço da instituição na participação dos alunos nesse processo, reforçando com eles a importância de todos para o processo de melhoria. O IFMS entende a importância das avaliações externas como as avaliação in loco do INEP e avaliação ENADE e promove ações de acompanhamento e gestão dos resultados como instrumento de informações que resultam na melhoria dos processos educativos.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se aplica.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se aplica.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

5

**Justificativa para conceito 5:**Por meio das reuniões com coordenador, corpo docentes e alunos do curso de TSI, bem como por meio da visita às instalações físicas, foi possível evidenciar a existência e o uso de tecnologias da informação e comunicação nas demandas do curso, sejam elas pedagógicas ou infra-estruturais. Os docentes do curso têm autonomia para a escolha da tecnologia que utilizarão no desenvolvimento didático-pedagógico em sala de aula, conforme descrito no PDI e sinalizado em seus respectivos planos de ensino. Os docentes do curso fazem uso de tecnologias de informação e comunicação como um complemento didático pedagógico no processo de ensino, que, apesar de não ter em sua matriz curricular, disciplinas oferecidas na modalidade a distância, é utilizada a plataforma Moodle como repositório de conteúdos aos alunos do curso. As tecnologias de informação e comunicação também se mostram presentes nos mecanismos pedagógicos no que compete a acessibilidade digital e comunicacional como as tecnologias e recursos voltados para pessoas com necessidades especiais em laboratórios e biblioteca. Além disso, os docentes dispõem dos seguintes materiais disponíveis no campus: kit multimídia, data show, lousa digital, programas e softwares específicos correlacionados a cada área do curso instalados nos computadores dos laboratórios didáticos de

ensino, além de acessos a plataformas de catálogos/pesquisas em periódicos on-line (Portal de Periódicos da Capes), computadores nas salas de aula com acesso à internet, rede de acesso disponível aos discentes em todo campus, plataforma moodle, sistema unificado de processos e páginas da instituição com informativos gerais. O uso das TICs tem o papel de estimular os alunos na busca por novas tecnologias durante o aprendizado e de ser facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Tais utilizações podem ser observadas nos planos de ensino, equipamentos do campus para uso, principalmente na biblioteca, tecnologias e estratégias que conferem ao curso, experiências diferenciadas.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 5

**Justificativa para conceito 5:**Os processos de ensino-aprendizagem e de avaliação realizados no curso superior de tecnologia em Sistemas para Internet são planejados a partir do perfil do egresso, preconizado no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de tecnologia. Diante disso os procedimentos de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos estão institucionalizados de forma sistematizada e presente nas ações práticas do curso como: semana pedagógica, atualizações dos planos de ensino todo semestre e processos de acompanhamento dos rendimentos discentes por parte do conselho pedagógico do IF. Avaliar aprendizagem implica acompanhar o desempenho dos estudantes durante todo o processo de ensino, a fim de detectar avanços ou erros, corrigir as construções equivocadas e promover a apreensão de novos conhecimentos. Ao avaliar o estudante, o professor observa também os resultados de sua atuação pedagógica, sendo capaz de perceber a necessidade de novas intervenções metodológicas, seja para um grupo de estudantes, seja para toda a classe. Nessa perspectiva, é importante que o professor utilize instrumentos diversificados os quais lhe possibilitem observar melhor o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas. Através destes diversos instrumentos é possível tomar decisões e orientar o estudante diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas em diferentes aspectos do desenvolvimento. Dentre as ações que colaboram neste desenvolvimento, podemos citar: atividades contextualizadas, diálogo permanente com o estudante buscando uma resposta aos estímulos, consenso dos critérios de avaliação, disponibilização de horários de permanência ou monitoria para aqueles que possuem dificuldade, discussão em sala e sempre que possível, de forma participativa e colaborativa dos resultados obtidos e das soluções para as questões levantadas nas avaliações. Análise das características pessoais do estudante de forma que seja possível identificar com maior clareza as possíveis metodologias ou ações pedagógicas que otimizem o processo de aprendizagem. Os instrumentos e critérios de avaliação estão previstos no plano de ensino do professor e são apresentados aos estudantes no início do semestre letivo, para que estes possam gerir o seu próprio processo de aprendizagem. Sempre que observar a necessidade de ajustes, visando à superação de dificuldades observadas na turma, o professor tem autonomia para fazê-lo e deve informar aos estudantes. Segundo o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFMS, o rendimento escolar será apurado por meio de: I. verificação da frequência, quando couber; II. avaliação do aproveitamento acadêmico. Considerar-se-á aprovado o discente que tiver frequência nas atividades de ensino de cada unidade curricular igual ou superior a 75% da carga horária e média final igual ou superior a 7,0 (sete). O discente com Média Final inferior a 7,0 (sete) e/ou com frequência inferior a 75% será considerado reprovado. Outras situações comuns aos cursos de graduação do IFMS, como por exemplo regras sobre a segunda chamada e revisão de avaliações estão descritas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFMS. Como diferencial, o IFMS possui projeto de acompanhamento do desempenho acadêmico por meio da avaliação ADD avaliação docente pelo discente, mecanismo que oportuniza a direção e à coordenação dos cursos, informações para a gestão das atividades pedagógicas.

1.20. Número de vagas. 5

**Justificativa para conceito 5:**Número de vagas anuais: 80 vagas, com possibilidade de oferta no início ou no meio do ano, a depender de análises como o cronograma do Sisu e o impacto na quantidade de turmas, aulas e docentes para ministrar as disciplinas. A quantidade de vagas foi fundamentada em consulta pública à comunidade e tem o estudo de viabilidade que consta no PPC. A forma de ingresso se dá por meio de Processo Seletivo, utilizando prioritariamente o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), para candidatos que participaram da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Neste Processo Seletivo, em concordância com o disposto na Lei no 12.711 de 29/08/2012, no Decreto no 7.824 de 11/10/2012, na Portaria Normativa/MEC no 18 de 11/10/2012 e na Portaria Normativa/MEC no 21 de 5/11/2012, há reserva de 50% das vagas disponíveis para estudantes egressos de escola pública. As ações afirmativas contemplam, ainda, os candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, e estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimo per capita. O processo seletivo também contempla, em concordância, como disposto na Portaria Normativa/MEC nº 9 de 05/05/2017, oferta de vagas para pessoas com deficiência. Poderá também ser oferecido, ainda, se previsto em edital, um bônus aos candidatos residentes na área de abrangência do Campus Campo Grande, compreendendo Ação Afirmativa Local. O Instituto se baseia em estudos periódicos para um acompanhamento mais alinhado com as necessidades da região e conta com estudos quantitativo e qualitativo que fundamentam a referida oferta. Tais estudos convergem com a infra-estrutura física e tecnológica da IES, necessárias ao atendimento do corpo discente em relação a estrutura, corpo docente e às condições de infra-física e tecnológica para o ensino, a pesquisa e a extensão

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**NSA

## **Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 4,70**

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 4

**Justificativa para conceito 4:**Conforme observado durante visita virtual in loco, o NDE é composto pelos professores: Jonathas Leontino Medina (Coordenador do curso) Celeny Fernandes Alves Jiyan Yari Marcio Osshiro Thales Farias Duarte Desta forma, possui 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de dedicação exclusiva, e todos possuem titulação stricto sensu. Tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho, conforme observa-se em atas de reuniões do NDE disponibilizadas pela IES. Porém, não mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se aplica.

2.3. Atuação do coordenador. 5

**Justificativa para conceito 5:**Conforme observou-se durante visita virtual in loco, a atuação do coordenador está de acordo com o PPC, atende à demanda existente, considerando a gestão do curso. Foi possível constatar em documentação fornecida pela IES que a relação com os docentes e discentes, e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispondo de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos, conforme indicadores observados nos relatórios de auto avaliação da CPA. Ainda, é possível afirmar que o coordenador do curso administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua, conforme observou-se durante reuniões em visita virtual in loco.

2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

**Justificativa para conceito 5:**Conforme observou-se durante visita virtual in loco, o regime de trabalho do coordenador de curso é de dedicação exclusiva, permitindo o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso. Foi possível constatar em documentação fornecida pela IES que a relação com os docentes e discentes, e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispondo de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos, conforme indicadores observados nos relatórios de auto avaliação da CPA. Ainda, é possível afirmar que o coordenador do curso administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua, conforme observou-se durante reuniões em visita virtual in loco, considerando que o coordenador do curso tem parte significativa de sua carga horária destinada à coordenação, conforme registrado em plano individual de trabalho docente.

2.5. Corpo docente. 5

**Justificativa para conceito 5:**Foi possível verificar que o corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta. Conforme analisou-se o corpo docente proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, através de periódicos. Ainda, considera a relação dos objetivos das disciplinas com o perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo, pesquisa, publicação, iniciação científica e projetos diversos, conforme observa-se em documentação fornecida pela IES durante visita virtual in loco.

2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso. 5

**Justificativa para conceito 5:**Foi possível constatar, durante visita virtual in loco, que regime de trabalho do corpo docente é de dedicação exclusiva na sua totalidade, permitindo o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Ainda, observou-se a existência de documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no

planejamento e gestão para melhoria contínua, a saber plano individual de trabalho docente (PIT) e relatório individual de trabalho docente (RIT), devidamente registrados e assinados no sistema de gestão utilizado pela IES, o SUAP.

2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura. 5

**Justificativa para conceito 5:** Durante visita virtual in loco, em análise de documentação disponibilizada pela IES, foi possível constatar que o corpo docente, em sua grande parte, possui experiência profissional no mundo do trabalho. Isto lhes permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, conforme também observado durante reuniões com docentes e docentes. Neste contexto, também foi possível observar sua preocupação com a constante atualização com relação à interação conteúdo e prática, promovendo compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisando as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão, em total consonância com o perfil do egresso.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. 5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco e atestado em documentação dos docentes disponibilizada pela IES, o corpo docente possui experiência no exercício da docência na educação básica para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma. Ainda, conforme observado, apresenta exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elabora atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período. Ainda, observou-se que o corpo docente exerce liderança e é reconhecido pela sua produção, conforme documentação disponibilizada pela IES sobre produção científica dos docentes, e considerando projetos técnicos e científicos envolvendo discentes da IES.

2.9. Experiência no exercício da docência superior. 5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco e atestado em documentação dos docentes disponibilizada pela IES, o corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma. Ainda, conforme observado, apresenta exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elabora atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período. Conforme descrito no PPC, ao avaliar o estudante, o professor observa também os resultados de sua atuação pedagógica, sendo capaz de perceber a necessidade de novas intervenções metodológicas, seja para um grupo de estudantes, seja para toda a classe. Então, o professor utiliza instrumentos diversificados os quais lhe possibilitam observar melhor o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas. Através destes diversos instrumentos é possível tomar decisões e orientar o estudante diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas em diferentes aspectos do desenvolvimento. Ainda, observou-se que o corpo docente exerce liderança e é reconhecido pela sua produção, conforme documentação disponibilizada pela IES sobre produção científica dos docentes, e considerando projetos técnicos e científicos envolvendo discentes da IES.

2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

**Justificativa para conceito 5:** Foi observado, conforme documentação disponibilizada pela IES (portarias de nomeação, atas de reuniões, regulamento, plano de ação) que o colegiado atua, está institucionalizado, possui representatividade dos segmentos (docentes, discentes e técnicos). Conforme observou-se em atas de reuniões e regulamento, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões. Também, há disponibilidade de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões, que é o sistema SUAP, utilizado pela IES. Ainda, a atuação do colegiado é avaliada periodicamente pela CPA, para que possa, a partir de relatório disponibilizado, ajustar suas práticas de gestão.

2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a NSA

distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

3

**Justificativa para conceito 3:** Conforme foi possível constar em documentação disponibilizada pela IES durante visita virtual in loco, pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 4 produções nos últimos 3 anos.

### **Dimensão 3: INFRAESTRUTURA**

**4,25**

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.

3

**Justificativa para conceito 3:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco, o espaço de trabalho para docentes em tempo integral é compartilhado, possuindo mesa ampla, cadeiras, impressora, internet, baias com computadores, sofá, e armários. Desta forma, observou-se que o espaço para docentes em Tempo Integral viabiliza ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais e possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados. Porém, não garantem privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.

3

**Justificativa para conceito 3:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco, o espaço de trabalho para o coordenador é compartilhado por diversos coordenadores de curso da IES, possui mesa com computador para cada coordenador, e cadeira, viabilizando as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados e atende às necessidades institucionais. Porém, conforme observou-se não permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.

4

**Justificativa para conceito 4:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco, a sala coletiva de professores é o mesmo espaço para docentes em tempo integral, possui mesa ampla, cadeiras, impressora, internet, baias individuais com computadores, sofá e armários. Desta forma, foi possível notar que a sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes e permite o descanso e atividades de lazer e integração. Porém, conforme observado, o espaço não dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.

3.4. Salas de aula.

4

**Justificativa para conceito 4:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco, as salas de aula utilizadas pelo curso possuem projetor, computador, ar condicionado, quadro, capacidade adequada, para 40 ou mais estudantes. Desta forma, foi possível observar que as salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Pode-se também afirmar que existe flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. Porém, não foi possível identificar outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme observou-se durante visita virtual in loco, os laboratórios de informática, e outros meios de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, como computadores da biblioteca, atendem às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico. Ainda, conforme observado também em documentação disponibilizada pela IES, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. Conforme observou-se em documentação disponibilizada pela IES, o instrumento de avaliação da CPA possui indicadores específicos para a devida avaliação deste contexto.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme foi possível observar durante visita virtual in loco, o acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo é administrado pelo Sistema Pergamum, conforme observado em documentação fornecida pela IES. Ainda, observou-se que o acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Ainda, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título e assinatura de acesso disponível no acervo. A IES conta com acervo digital da Pearson e Minha Biblioteca. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, conforme observou-se nos computadores da biblioteca, que contam com hardware e software para acessibilidade, como lupa, mouse, teclado, leitor de tela, dentre outros. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC, dado pelo acesso aos Periódicos CAPES. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, conforme observou-se em documentação fornecida pela IES.

<p>3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).</p>	5
<p><b>Justificativa para conceito 5:</b>Conforme foi possível observar durante visita virtual in loco, o acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo é administrado pelo Sistema Pergamum, conforme observado em documentação fornecida pela IES. Ainda, observou-se que o acervo da bibliografia complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Ainda, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título e assinatura de acesso disponível no acervo. A IES conta com acervo digital da Pearson e Minha Biblioteca. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, conforme observou-se nos computadores da biblioteca, que contam com hardware e software para acessibilidade, como lupa, mouse, teclado, leitor de tela, dentre outros. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC, dado pelo acesso aos Periódicos CAPES. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, conforme observou-se em documentação fornecida pela IES.</p>	
<p>3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.</p>	5
<p><b>Justificativa para conceito 5:</b>Conforme observou-se durante visita virtual in loco, os laboratórios possuem projetor, quadro, computador para o docente, e podem ser acessados pelos estudantes fora do horário de aulas. Foi possível constatar que os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, conforme observado durante visita virtual in loco à infraestrutura, e em documentação fornecida pela IES. Também, registrou-se que existe avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, conforme indicadores específicos observados nos relatórios da auto avaliação institucional da CPA, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.</p>	
<p>3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.</p>	NSA
<p><b>Justificativa para conceito NSA:</b>Não se aplica.</p>	
<p>3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem</p>	NSA

no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

**Justificativa para conceito NSA:** Não se aplica.

#### **Dimensão 4: Considerações finais.**

##### 4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Avaliadores: Professores Fabiano Azevedo Dorça e Helcimara Affonso De Souza (focal)

##### 4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Ato autorizativo: Renovação de Reconhecimento de Curso

Curso: SISTEMAS PARA INTERNET

Código da avaliação: 161325

Número do processo: 201924602

##### 4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA MATO GROSSO DO SUL - Campus Campo Grande-MS.

Endereço: Rua Taquari, 831 Cep: 79100510 - Campo Grande/MS

##### 4.4. Informar o ato autorizativo.

Ato autorizativo: Renovação de Reconhecimento de Curso

##### 4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.

Nome do curso: Tecnólogo em Sistemas para Internet

Modalidade: presencial

Grau: graduação tecnológica

Número de vagas anuais: 80 vagas

Carga horária total: 2.330 horas

##### 4.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

Principais documentos utilizados para a avaliação:

PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional);

PPC (Projeto Pedagógico de Curso);

Relatórios de Auto Avaliação Institucional - CPA;

Pastas documentais do curso;

Regulamentos dos Núcleos de Apoio Discente;

Regimento Geral da IES;

Colegiado do Curso: Atas, Portarias e Regulamentos;

Núcleo Docente Estruturante: Atas de Reuniões, Portarias, Relatórios;

Biblioteca: Normas de Utilização, Bases de Dados, Acervo, Carteira de Identificação, Relatório de Adequação da Bibliografia;

Laboratórios de Informática: Normas de Utilização, Política de Acesso aos Serviços, Política de Manutenção;

Currículos dos docentes e documentação comprobatória;

Contratos e licenças diversos fornecidos pela IES.

##### 4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

Dimensão I - Organização Didático-Pedagógica

A organização didática pedagógica demonstrou subsídios qualitativos com relação a adequação entre os diversos elementos constituintes do PPC do curso, está alinhada aos diversos componentes institucionais constantes no PDI da instituição, e atendem as DCN do curso. De maneira geral são evidentes a existência de consonância entre os itens avaliados e os instrumentos didático pedagógico de construção do curso. Dentre esses itens podemos citar o perfil profissional do egresso que está devidamente alinhado com as exigências das DCN do curso e retrata uma formação sólida e em consonância com o mundo do trabalho. Outro ponto de bastante importância é o cumprimento dos requisitos legais inseridos dentro da estrutura e conteúdos curriculares, como por exemplo a disciplina de Libras como optativa, além de contemplar adequadamente a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

Dimensão II – Corpo Docente e Tutorial

Foi possível constatar que o corpo docente do curso é atuante e coeso, e é composto por doutores e mestres em regime dedicação exclusiva. Verificou-se também que o corpo docente acompanha o desenvolvimento dos discentes, destinando parte de sua carga horária para atendimento e acompanhamento da aprendizagem, além de orientação de trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica e projetos diversos na área de formação do curso. Ainda é possível afirmar que o corpo docente é atuante na pesquisa, apresentando resultados de publicações científicas.

Dimensão III – Infraestrutura

Conforme observou-se em visita virtual in loco, a infraestrutura é acessível e adequada ao processo de ensino-aprendizagem necessário aos objetos dispostos no PPC e ao perfil do egresso. Os laboratórios de ensino possuem equipamentos, mobiliário e software adequados, assim como salas de aulas e demais dependências, como biblioteca. O corpo administrativo é presente. e o acesso as bibliografias básica. complementar e periódicos é facilitado. já que o acervo possui exemplares de

presentes, e o acesso ao site/grandão básica, complementar e periódicos é facilitado, já que o usuário possui exemplares de acesso virtual, assim como periódicos, que podem ser acessados a qualquer momento, de qualquer local.

### **Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :**

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

A visita virtual in loco pela comissão de avaliadores ocorreu conforme inicialmente planejado, em intercorrências. As reuniões e visita à infraestrutura transcorreram de forma adequada, com todo o suporte dos dirigentes e demais membros da IES. Todas as demandas referentes à avaliação, foram dirimidas nas reuniões. Todas as reuniões foram realizadas utilizando o ambiente virtual "Microsoft Teams". Durante a avaliação, os procedimentos de análise recomendados pelo INEP foram seguidos pela comissão, atendendo às normas e requisitos do instrumento de avaliação de cursos vinculados ao sistema e-MEC. Desta forma, a visita teve um fluxo normal de acontecimentos, e houve conformidade entre as informações postadas no e-MEC e as aferidas pela comissão, considerando-se o novo PPC de demais documentos disponibilizados pela IES.

#### **CONCEITO FINAL CONTÍNUO**

**4,63**

#### **CONCEITO FINAL FAIXA**

**5**